

PLENÁRIAS DO COMITÊ GUANDU DISCUTEM NOVAS AÇÕES



Decio Tubbs durante sua apresentação na reunião Plenária

Leia mais na página 2. [Clique aqui.](#)

**Processo Eleitoral
do CBH Guandu
2015-2016**

Leia mais (p. 3) [Clique aqui.](#)

**Secretário garante
recursos dos
Comitês**

Leia mais (p. 4) [Clique aqui.](#)

**Monitoramento
da escassez
hídrica**

Leia mais (p. 5) [Clique aqui.](#)



Participantes acompanham as apresentações na reunião Plenária

NÚMERO DE CÂMARAS TÉCNICAS É REDUZIDO

A proposta de redução das Câmaras Técnicas e o processo eleitoral do Comitê Guandu para o biênio 2015-2016 foram os principais assuntos debatidos durante a 3ª Reunião Ordinária do Plenário do Comitê Guandu. A reunião, ocorrida em agosto, contou com a participação de 40 pessoas entre membros e convidados. O item da pauta de maior destaque foi a redução da quantidade de Câmaras Técnicas, passando de quatro para duas a partir do biênio 2015-2016.

A pauta de redução da quantidade de Câmaras foi levada à votação e, por 14 votos a favor, quatro contrários e três abstenções, foi aprovada. A proposta, que é de autoria do diretor geral do Comitê Guandu, Decio Tubbs, consiste na junção das Câmaras Técnicas de Estudos e Projetos (CTEP) com a de Ciência, Tecnologia e Educação (CTCTE), formando a Câmara Técnica de Assuntos Gerais (CTEG). E, também, a junção das Câmaras Técnicas de Instrumentos de Gestão (CTIG) e de Assuntos Legais e Institucionais (CTALI), que se tornarão a Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão (CTIL-G).

A intenção é promover maior integração entre os temas discutidos nas Câmaras e coibir um possível esvaziamento das reuniões. “Assuntos mais específicos poderiam ser tratados por grupos de trabalho, formados por três pessoas, deixando outras questões para serem resolvidas nas Câmaras”, afirmou Decio.

Processo eleitoral

Outro tema debatido na reunião foi a aprovação das resoluções que tratam da condução do processo eleitoral no Comitê Guandu para o biênio 2015-2016.

Para tal, foi criada uma Comissão Eleitoral composta por Amisterdan Ribeiro (Sindicato dos Mineiros de Areia do Estado do Rio de Janeiro - SIMARJ), Nelson Reis (OMA Brasil), Glauca Freitas, (Secretaria Estadual do Ambiente - SEA), o diretor geral do Comitê Guandu, Decio Tubbs, e o diretor executivo do Comitê Guandu, Júlio Cesar O. Antunes.

Também foi proposta a análise e a aprovação de duas resoluções que tratam da aplicação de recursos para treinamentos e capacitações. A fim de buscar um entendimento quanto aos critérios que seriam utilizados para a liberação dos recursos, a diretora do Comitê, Glauca Freitas (SEA) propôs que conste nos documentos os valores de financiamentos previstos no Plano de Aplicação Plurianual (PAP).

Escassez hídrica

Assunto em debate no momento, a escassez hídrica que os estados de São Paulo e Rio de Janeiro enfrentam também foi discutida. José Luiz Governo, representante da Thyssenkrupp-CSA, apresentou algumas ações tomadas para contornar a situação, como a operação de captações de água diferenciadas de acordo com a fase lunar.

PROCESSO ELEITORAL DO CBH GUANDU PARA O BIÊNIO 2015-2016

A minuta da Comissão Eleitoral do Comitê Guandu (CECG) foi aprovada pelos representantes durante a 3ª Reunião Ordinária do Plenário do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (Comitê Guandu), realizada em 28 de agosto, em Seropédica. Ela será responsável por conduzir o processo eleitoral para o biênio 2015-2016, que visa o preenchimento das vagas do Plenário do Comitê Guandu, de acordo com os artigos 8º e 9º do Regimento Interno.

Ao todo são 36 vagas, sendo 14 para representantes dos Usuários, 11 para a Sociedade Civil e 11 para os Órgãos do Governo. Segundo o diretor geral do Comitê Guandu, Decio Tubbs, a participação do Poder Público, dos Usuários e das comunidades objetiva a descentralização da gestão dos recursos hídricos. “O processo eleitoral é muito importante pois novas instituições passarão a ser co-responsáveis e parceiras na gestão participativa das águas”, afirmou.

Foram nomeados representantes da Comissão Eleitoral o diretor geral, Decio Tubbs, o diretor executivo, Júlio Cesar O. Antunes, os membros Amisterdan Ribeiro, do Sindicato dos Mineradores de Areia do Estado do Rio de Janeiro (SIMARJ), Gláucia Sampaio, da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) e Nelson Reis, da Associação Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, Mobilidade e Ambiente Brasil (OMA-Brasil). Entre as atribuições da Comissão estão a aprovação do edital do processo eleitoral, aceitação ou rejeição de inscrições e o estabelecimento de regras para votação.

As instituições interessadas podem se inscrever até o dia 20 de outubro, preenchendo a ficha disponível no site do Comitê Guandu e enviando-a impressa para o endereço: BR 465, km 7, Campus da UFRRJ, Prefeitura Universitária (Seropédica-RJ), CEP: 23.897-000.

A homologação do resultado da eleição está prevista para 11 de dezembro, durante a 4ª Reunião Ordinária de 2014. A posse dos novos membros acontecerá durante a 1ª Reunião Ordinária de 2015, prevista para dia 5 de fevereiro.



SECRETÁRIO GARANTE RECURSOS FINANCEIROS DOS COMITÊS

Em reunião com representantes de todos os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) do Rio de Janeiro, o secretário de Estado de Fazenda, Sérgio Ruy Barbosa, garantiu que o Decreto nº 44.899 não altera a disponibilidade de recursos financeiros para os CBHs.

Publicado no dia 5 de agosto, o Decreto nº 44.899 alterou o texto do Decreto nº 22.939, de 30 de janeiro de 1997, que criara o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/RJ).

A legislação em vigor definiu que todas as fontes de receitas vinculadas aos órgãos do Poder Executivo, incluindo autarquias, fundações públicas e fundos por elas administrados serão movimentadas exclusivamente pela conta única do Tesouro Estadual.

O novo modelo de gestão das finanças do Rio de Janeiro incluiu o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI). Segundo Sérgio Ruy Barbosa, essa realocação não altera a execução do orçamento do Fundo. “O objetivo do Decreto é melhorar a gestão e organizar a disponibilidade de recursos no Tesouro Estadual. O dinheiro do FUNDRHI sempre estará acessível aos Comitês de Bacia. Para isso, mantivemos os procedimentos que funcionavam anteriormente”, afirmou.

Uma dúvida comum entre os membros dos Comitês foi a organização dos recursos. Na legislação anterior, o FUNDRHI era dividido em subcontas, de modo a facilitar a gestão autônoma dos recursos financeiros pertinentes a cada Região Hidrográfica. De acordo com o secretário, essa estrutura permanecerá. “Iremos garantir a separação e a identidade dos recursos”, disse.

Quanto ao trecho do Decreto nº 44.899 que autorizava a Secretaria de Estado de Fazenda a “antecipar quaisquer fontes de recursos para execução das despesas, utilizando as disponibilidades de caixa”, Sérgio Ruy Barbosa disse que isso não representa um risco ao FUNDRHI, sobretudo por se tratar de um fundo superavitário.

“O Fundo não poderá ser utilizado para fins não previstos em lei. Caso seja necessário para cobrir despesas, o FUNDRHI será discriminado como credor e os recursos serão repostos prontamente”, declarou.

Para elucidar qualquer dúvida, a Secretaria Estadual de Fazenda se comprometeu a fazer uma prestação de contas sobre o status financeiro do Fundo a cada reunião mensal do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI-RJ).

Diretor geral do Comitê Guandu, Decio Tubbs salientou que os Comitês precisam discutir a questão com o Instituto Estadual de Ambiente (INEA). “Será necessária uma reunião dos Comitês com o INEA para esclarecer os caminhos percorridos pelos recursos financeiros oriundos do FUNDRHI”, pontuou. Também participaram pelo Comitê Guandu da reunião, o diretor executivo, Júlio Cesar O. Antunes, e Nelson Reis (OMA Brasil).



De acordo com secretário, Fundo não será utilizado para fins não previstos em Lei



GRUPO DE TRABALHO DO CEIVAP MONITORA ESCASSEZ HÍDRICA NA BACIA DO PARAÍBA DO SUL



A estiagem verificada entre 2013 e 2014 tem mobilizado os órgãos responsáveis pela gestão de recursos hídricos no Rio de Janeiro. A Comissão de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) é um dos articuladores dessa iniciativa, e, por meio de um Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica (GTAOH), monitora a situação dos reservatórios da região.

Atuando em conjunto com o Comitê Guandu, o GTAOH tem realizado reuniões periódicas desde abril. Nesses encontros, o grupo discute as medidas adotadas para mitigar os problemas causados pela escassez hídrica, em especial as resoluções da Agência Nacional de Águas (ANA) que estabelecem reduções temporárias da vazão mínima afluente à barragem de Santa Cecília, em Volta Redonda.

De acordo com Júlio Cesar O. Antunes, diretor executivo do Comitê Guandu, o atual quadro de escassez hídrica tem impacto na geração de energia elétrica e nos múltiplos usos da água. “A gestão das vazões mínimas em Santa Cecília tem por objetivo minimizar os impactos da escassez. Segundo o acompanhamento feito pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), a previsão é a de que, em novembro deste ano, tenhamos 6,5% de reservatório equivalente, quando o ideal seria 10%. Essa é uma condição razoável caso comece a chover em novembro”, afirma.

PARCERIA

INSTITUTO JACARÉ BUSCA PARCERIA COM O CBH GUANDU

Criado em 2006, o Instituto Jacaré tem trabalhado na preservação do Jacaré de papo amarelo. Mas um dos obstáculos é a falta de apoio para a continuidade do trabalho. E na busca por parceiros à iniciativa, o biólogo Ricardo Freitas Filho participou de uma reunião com o diretor geral do Comitê Guandu, Decio Tubbs, em setembro.

Durante o encontro, surgiu o convite para uma apresentação de detalhes do projeto aos membros da Câmara Técnica de Estudos e Projetos (CTEP), a fim de discutir uma futura parceria, uma vez que o Instituto Jacaré possui licença ambiental para trabalhar em algumas regiões de abrangência do Comitê Guandu.

“Não é porque o nosso foco está voltado ao gerenciamento dos recursos hídricos que devemos ignorar esta questão. Este trabalho deve ser discutido com total atenção”, destacou Decio.



Instituto fará uma apresentação aos membros da CTEP

Expediente

O Boletim Digital do Guandu é uma publicação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - CBH Guandu BR 465, km 7, Campus da UFRJ - Prefeitura Universitária - Seropédica (RJ) CEP: 23897-000 - Tel: (21) 3787-3729 - www.comiteguandu.org.br / guandu@agevap.org.br



Diretor Geral: Decio Tubbs
Diretor Executivo: Júlio Cesar O. Antunes
Acompanhamento e Revisão: Aline Alvarenga e Fátima Rocha
Coordenação Técnica: Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP - Tel: (24) 3355-8389
www.agevap.org.br - agevap@agevap.org.br
Fotos: Arquivo CBH Guandu

Jornalista responsável: Leonardo Poyart (MTb 24.393)
Projeto Gráfico, Produção Editorial/Gráfica, Fotos, Reportagens, Redação e Revisão: Assessoria de Comunicação do CBH Guandu Montenegro Grupo de Comunicação - Tel: (21) 2215-9463
www.montenegrocc.com.br - redacao@montenegrocc.com.br
comunicacao.guandu@agevap.org.br